

Elaine Vasconcelos Nascimento Leal

Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: elainevasconcelos.arq@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1711-8139>

Luiz Ricardo Oliveira Santos

Mestre em Ensino de Ciências Ambientais - Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: ricardooliveira@academico.ufs.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9749-5665>

Jailton de Jesus Costa

Doutor em Geografia - Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Docente CODAP e PRODEMA - Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: jailton@academico.ufs.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4392-2246>

RESUMO

O processo de urbanização acelerado e desordenado ocasiona alterações nas características socioambientais urbanas. Novas construções em áreas de proteção ambiental têm sido permitidas pelo poder público, a partir dos impasses político-administrativos e das fragilidades normativas, e regidas por interesses particulares. Esse estudo tem por objetivo analisar as relações socioambientais a partir das diferentes percepções dos moradores do bairro Jabotiana, em Aracaju/SE. A escolha do recorte espacial se deu pelo registro empírico do rápido crescimento imobiliário, impulsionado por programas governamentais de financiamento residencial, que tem ocupado manguezais e margens do rio Poxim. Para atingir esse objetivo, utilizou-se de referenciais teóricos e investigações documentais, visitas de campo, registro fotográfico e aplicação de entrevistas, após o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa. Dentre os resultados, percebe-se o descaso e as diversas percepções da sociedade em relação à natureza, que funciona como um dos principais obstáculos à sustentabilidade urbana e à proteção dos ecossistemas. Conclui-se que é essencial educar a população e qualificar os planejadores e pesquisadores da questão urbana, para que considerem o humano como parte da natureza; e utilizem o planejamento participativo na concepção de alternativas viáveis para repensar a cidade com a construção de espaços urbanos humanizados.

Palavras-chave: Espaço Urbano; Ocupação Urbana; Sustentabilidade

ABSTRACT

The accelerated and disordered urbanization process causes changes in urban socio-environmental characteristics. New construction in areas of environmental protection have been permitted by the public authorities, from the political-administrative impasses and normative weaknesses, and governed by particular



interests. This study aims to analyze socio-environmental relations from the different perceptions of residents of the Jabotiana neighborhood, in Aracaju (Sergipe, Brazil). The choice of the space delimited was due to the empirical record of rapid real estate growth, boosted by government programs for residential financing, which has occupied mangroves and banks of the Poxim River. To achieve this aim, theoretical references and documentary investigations, field visits, photographic record and application of interviews were used, after the favorable opinion of the Research Ethics Committee. Among the results, it is possible to notice the neglect and the diverse perceptions of society in relation to nature, which functions as one of the main obstacles to urban sustainability and the protection of ecosystems. We conclude that it is essential to educate the population and qualify urban planners and researchers, so that they consider the human as part of nature; and use participatory planning to design viable alternatives to rethink the city with the construction of humanized urban spaces.

Keywords: Urban Space; Urban Occupation; Sustainability.

RESUMEN

El proceso de urbanización acelerado y desordenado provoca cambios en las características socioambientales urbanas. Nuevas construcciones en áreas de protección ambiental han sido permitidas por el poder público, a partir de los impasses político-administrativos y de las debilidades normativas, y gobernadas por intereses particulares. Ese estudio tiene como objetivo analizar las relaciones socioambientales a partir de las diferentes percepciones de los residentes del barrio Jabotiana, en Aracaju (Sergipe, Brasil). La elección del recorte espacial se dio a partir del registro empírico del rápido crecimiento inmobiliario, impulsado por los programas gubernamentales de financiamiento residencial, que ha ocupado los manglares y orillas del río Poxim. Para eso, se utilizaron referencias teóricas e investigaciones documentales, visitas de campo, registros fotográficos y la aplicación de entrevistas, después del parecer favorable del Comité de Ética en Investigación. Entre los resultados, se nota la desatención y las diversas percepciones de la sociedad en relación a la naturaleza, que funciona como uno de los principales obstáculos para la sostenibilidad urbana y la protección de los ecosistemas. Se concluye que es esencial educar la población y calificar a los planificadores e investigadores urbanos, para que consideren al ser humano como parte de la naturaleza; y utilicen la planificación participativa para diseñar alternativas viables para repensar la ciudad con la construcción de espacios urbanos humanizados.

Palabras-clave: Espacio Urbano; Ocupación Urbana; Sustentabilidad.

1. INTRODUÇÃO

Desmatamento, uso inadequado do solo, construções às margens do rio Poxim (um dos principais cursos fluviais que banham a cidade de Aracaju/SE e outros municípios sergipanos), ocupações em planícies fluviais, áreas costeiras e encostas têm sido frequentes no bairro Jabotiana, desde o ano de 2001, principalmente a partir das novas construções impulsionadas pelos planos de financiamento residencial. Apesar de contrariar as diretrizes legislativas locais, essas ocupações, caracterizadas, em sua maioria, por grandes condomínios, foram permitidas pelo poder público. Como consequência, a diminuição da fauna e da flora, inundações e poluição dos recursos hídricos se intensificaram nessa localidade.

Nesse contexto, sabe-se que a participação e manifestação popular podem mitigar ou solucionar decisões desfavoráveis às populações e ao meio natural do local em que elas vivem. Para esse empoderamento da comunidade, são necessários além do incentivo à educação ambiental crítica, às interlocuções cotidianas de vizinhança e ao diálogo para viabilização de alternativas, o estímulo à interação das pessoas com o meio natural em que estão inseridas. É essencial a



percepção de que o ser humano faz parte da natureza e por ela deve ser individual e coletivamente responsável.

Apesar dessas circunstâncias, diante das diversas consequências da ocupação urbana desordenada no bairro Jabotiana, observa-se que ações e diálogos constantes dos moradores referentes às problemáticas ambientais não são comuns. A carência de interesse e conhecimento das questões ambientais, bem como da dinâmica de pessoas interagindo na vizinhança também foram percebidas. Sob essa visão, o objetivo do artigo é analisar a relações socioambientais a partir das diferentes percepções dos moradores do bairro Jabotiana, em Aracaju/SE. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico e selecionadas quatro áreas de estudo no referido bairro, onde predominam os condomínios residenciais, para coletar informações sobre as relações socioambientais.

A partir da metodologia adotada, principalmente das visitas técnicas e aplicação de entrevistas, foi possível averiguar as causas, consequências e a atual situação da relação e percepção dos moradores, assim como contribuir com informações importantes a respeito da situação do bairro.

Ressalva-se que este artigo é resultado da Dissertação de Mestrado intitulada “Análise da Desertificação Socioambiental no Bairro Jabotiana em Aracaju/SE” na qual se desvela a relação socioambiental no bairro estudado. Para o desdobramento da análise, estruturou-se o artigo em três itens, o primeiro, denominado “Materiais e Métodos”, apresenta os procedimentos metodológicos. Por sua vez, o segundo tópico com o título “Resultados e discussão”, subdividido em outros dois subtópicos, aborda o recorte espacial da pesquisa e explana sobre o desenvolvimento da temática. Por fim, são apresentadas as conclusões do estudo, com reflexões e desfecho da pesquisa, além das referências bibliográficas utilizadas.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo é exploratório e possui abordagem quali-quantitativa, considerando seu processo investigativo e estatístico. A fim de alcançar o objetivo proposto, os procedimentos metodológicos foram baseados numa análise bibliográfica e documental em livros, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e na Plataforma do Portal de Periódicos da CAPES; além da análise de mapas das áreas construídas e de interesse ambiental; bem como visitas de campo, registro fotográfico e aplicação de entrevistas semiestruturadas¹, as quais foram aplicadas a

¹ Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal de Sergipe (CEP/UFS) sob Parecer de número 2.704.434.



quarenta moradores do bairro. Os referidos instrumentos de coleta foram autorizados pelos participantes, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para essa coleta de dados, foram selecionadas quatro áreas de estudo (denominadas como A, B, C e D – Figura 1), cujo critério de escolha se deu pela prevalência de condomínios fechados e diferentes características do entorno no bairro Jabotiana. Com dimensões similares, consideraram-se essas áreas como as que mais enfrentam as problemáticas abordadas.

Figura 1: Bairro Jabotiana e áreas de estudo.



Fonte: Google Earth®, 2018. Organização: Elaine Vasconcelos Nascimento Leal, 2019.

As entrevistas ocorreram em amostras por conveniência (transeuntes selecionados aleatoriamente, abordando-se pessoas em pontos diferentes) e quantidade pré-definida (dez entrevistas pré-estabelecidas por área de estudo, considerando que essa é uma quantidade média de duas pessoas por quadra edificada, mantendo o número de entrevistados por área). Tais entrevistas foram realizadas com moradores, questionados quanto às relações com as áreas naturais do local. No caderno de campo, foram registradas, também, notas e observações pertinentes das percepções dos moradores e transeuntes. Também foram realizadas entrevistas, com perguntas abertas, com o então presidente do movimento ambientalista Jabotiana Viva e representante da Associação de



Moradores dos Conjuntos Sol Nascente e Juscelino Kubitschek (JK). A partir desse percurso metodológico, foi possível investigar a temática abordada.

Também foi observado *in loco* o uso das áreas verdes (vegetações ribeirinhas e praças) nos horários das 7h às 8h, das 11h às 12h e das 16h às 17h, considerados os horários de maior movimento nas ruas. Os dias de observação e de entrevista foram nas terças, quartas ou quintas-feiras, considerando que são dias com rotinas mais similares. Excluíram-se os demais dias, principalmente os finais de semana, por serem caracterizados como dias atípicos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O referido tópico abordará os resultados, perpassando pela caracterização da área e da discussão das entrevistas com os transeuntes que perceberam o ambiente ao seu redor de maneira particular, por serem moradores/as do bairro Jabotiana (Aracaju, Sergipe). Assim, foram relacionados, a partir da literatura e documentação selecionadas, os enunciados proferidos por esses sujeitos e a forma em que se manifesta na relação ser humano/natureza que influencia a dinâmica dos ecossistemas presentes no recorte espacial em questão.

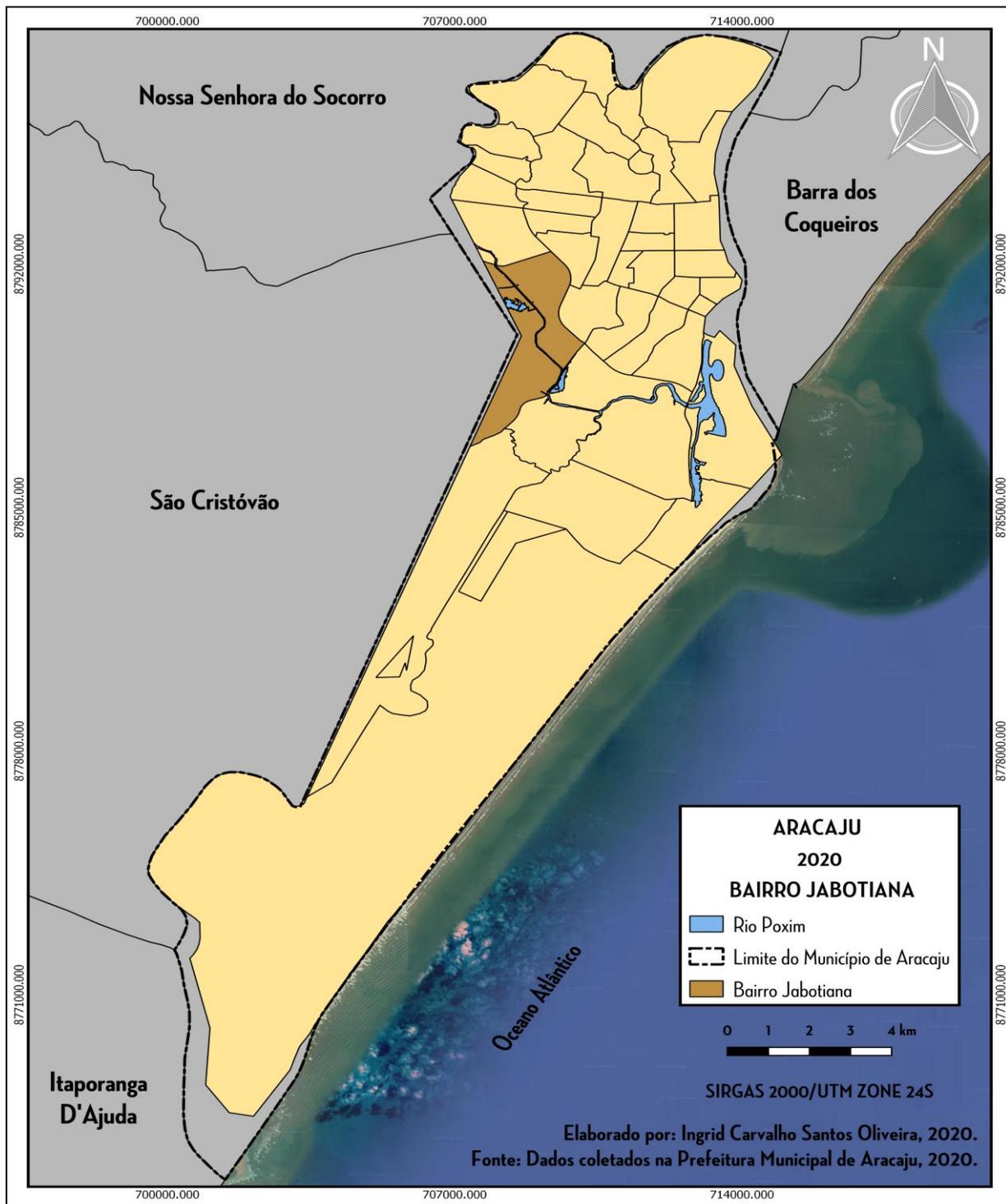
3.1 OCUPAÇÃO DO BAIRRO JABOTIANA

O Bairro Jabotiana (Figura 2) está localizado na zona Oeste de Aracaju, ocupando uma área aproximada de 982ha, de acordo com a delimitação realizada pela prefeitura da cidade (SEPLOG, 2017). Com uma população de 17.157 habitantes (IBGE, 2010), encontra-se delimitado entre os bairros Capucho, ao norte; América, Ponto Novo e Luzia, ao leste; São Conrado e Santa Maria, ao sul; e, ao oeste, com o município de São Cristóvão.

Inicialmente, sua ocupação se deu em áreas de manguezal e superfícies de processos fluviais e marinhos, sujeitas à ação das marés. Com o passar dos anos, essa ocupação foi se expandindo para outras áreas igualmente frágeis do bairro. O rio Poxim perpassa boa parte do Jabotiana, que apresenta poluição hídrica e perigos de deslizamentos e frequentes enchentes (SANTOS, 2012). Além disso, principalmente nas áreas onde há a população de menor renda, exhibe ausência e problemas de infraestrutura.



Figura 2: Localização do Bairro Jabotiana, em Aracaju/SE.



Organização: Ingrid Carvalho Santos Oliveira, 2020.

A delimitação do bairro, tal qual se pode observar na figura 2, foi criada em 1982, através da Lei Municipal nº 873/1982, apesar de existirem registros de ocupação da Jabotiana já em 1978, com a construção dos conjuntos habitacionais JK e Sol Nascente (SANTOS, 2015). Entretanto, foi em 2001 que a expansão urbana, o crescimento imobiliário e o processo de verticalização com a



construção de inúmeros condomínios residenciais foram impulsionados com as intervenções governamentais. O Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e, potencializando esse processo, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), atraíram muitos moradores de rendas mais baixas nessa recente expansão (SANTOS, 2015).

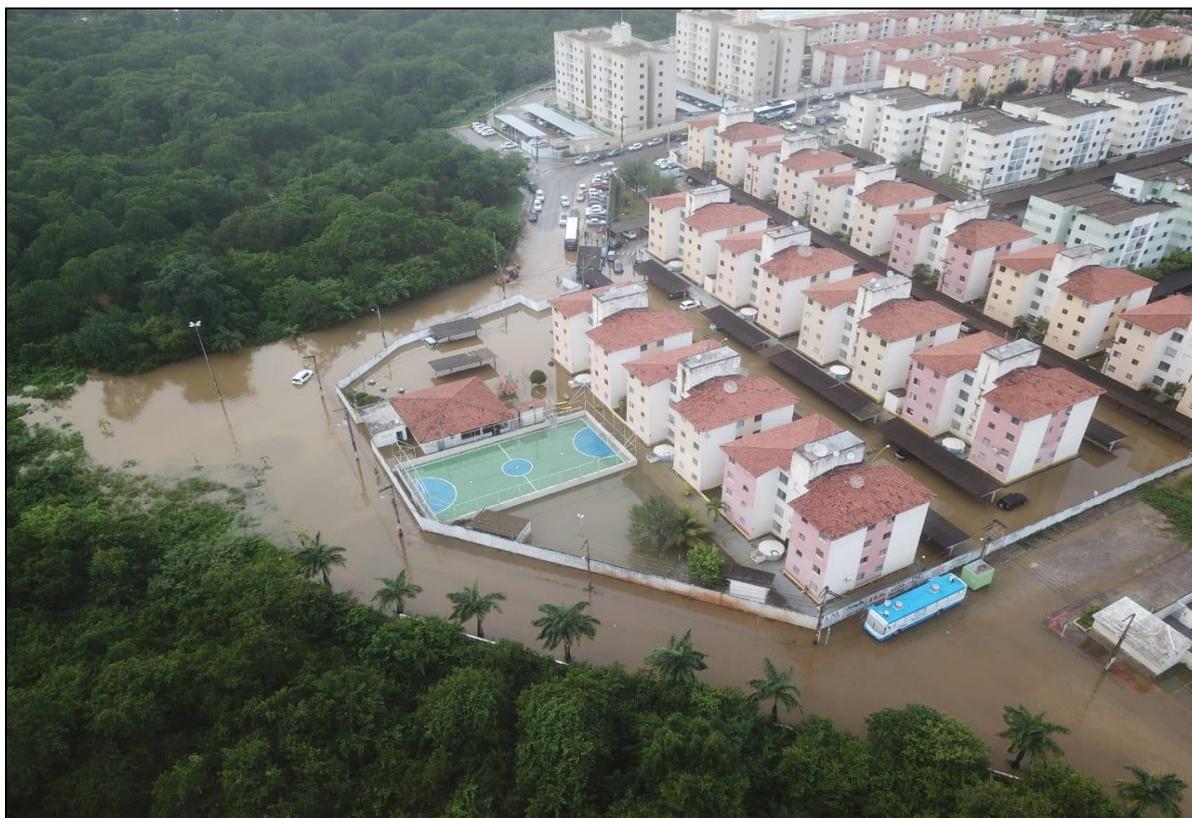
Cabe mencionar que, de acordo com o Plano Diretor de Aracaju em vigor, no art. 8, a política de desenvolvimento do município deve ser orientada com base em algumas diretrizes de sustentabilidade, dentre elas é possível destacar: “Propor ações de conservação dos sistemas naturais considerando a biodiversidade, a sócio-diversidade, concorrendo para a regeneração e manutenção dos mesmos, diante do impacto causado pela urbanização” (ARACAJU, 2000, p. 12).

Ainda nesse contexto, a lei dá orientações quanto às áreas de interesse ambiental que abrangem os locais de proteção e de preservação. O art. 24 classifica os manguezais e os cursos d’água entre as áreas de preservação; o art. 25 complementa o anterior, ao enfatizar que estas são áreas não parceláveis e “*non-aedificandi*” (proibido qualquer tipo de construção), sendo vedado o corte ou retirada de vegetação natural existente. Já o art. 27 faz a classificação das áreas de proteção, consideradas como aquelas sujeitas a critérios especiais de uso e ocupação, tendo em vista o interesse público da proteção ambiental. Dentre estas áreas de proteção, estão as áreas de risco e as faixas circundantes aos manguezais e ao longo dos cursos d’água, conforme insere o art. 28.

A referida lei, no artigo 131, especifica também as áreas de risco sujeitas “a sediarem ou a serem atingidas por fenômenos geológicos naturais ou induzidos, bem como aquelas que já tenham sofrido efeitos danosos de degradação do solo, por extração ou por processos de urbanização predatória” (ARACAJU, 2000, p. 49). Dentre estas, estão as áreas sujeitas às inundações (Figura 3) e aos fenômenos de erosão ou de assoreamento, que contribuem com desequilíbrios ecossistêmicos.

Porém, o que se pode observar na prática, no bairro Jabotiana, é a contradição com as orientações legislativas relatadas anteriormente, pois ocorreu o aumento descontrolado de condomínios, muitas áreas de vegetação foram desmatadas e afluentes, aterrados. Além disso, o rio Poxim tem sido muito assoreado e sofrido com alterações do ciclo hidrológico devido à constante urbanização e impermeabilização do solo em seu entorno. A velocidade com que chegam as águas dos esgotos domésticos e do escoamento da chuva tem aumentado, contribuindo assim com as intensas enchentes e prejuízos à população (ROCHA, 2018).

Figura 3: Ruas inundadas no bairro Jabotiana.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Merece destaque, nesse contexto, o quantitativo de construções, o qual foi calculado a partir das sobreposições do mapeamento das Áreas de Interesse Ambiental - AIA e das áreas construídas da cidade (Tabela 1), tendo por base informações e orientações da Secretaria Municipal de Planejamento de Aracaju (2005) e do Código Florestal Brasileiro (2012).

Tabela 1: Dimensões e ocupações de Áreas de Interesse Ambiental no bairro Jabotiana.

Áreas de Interesse Ambiental - AIA	Dimensão da AIA	Ocupação da AIA	Principais Elementos de Ocupação
Manguezal	0,95 km ²	22,23% (0,212 km ²)	Condomínios residenciais e pavimentação
Faixas Circundantes	0,436 km ²	26,8% (0,116 km ²)	Condomínios e residências, vias e praça.
Margens Circundantes ao Rio Poxim	0,60 km ²	11,6% (0,07 km ²)	Condomínios e residências de baixa renda.

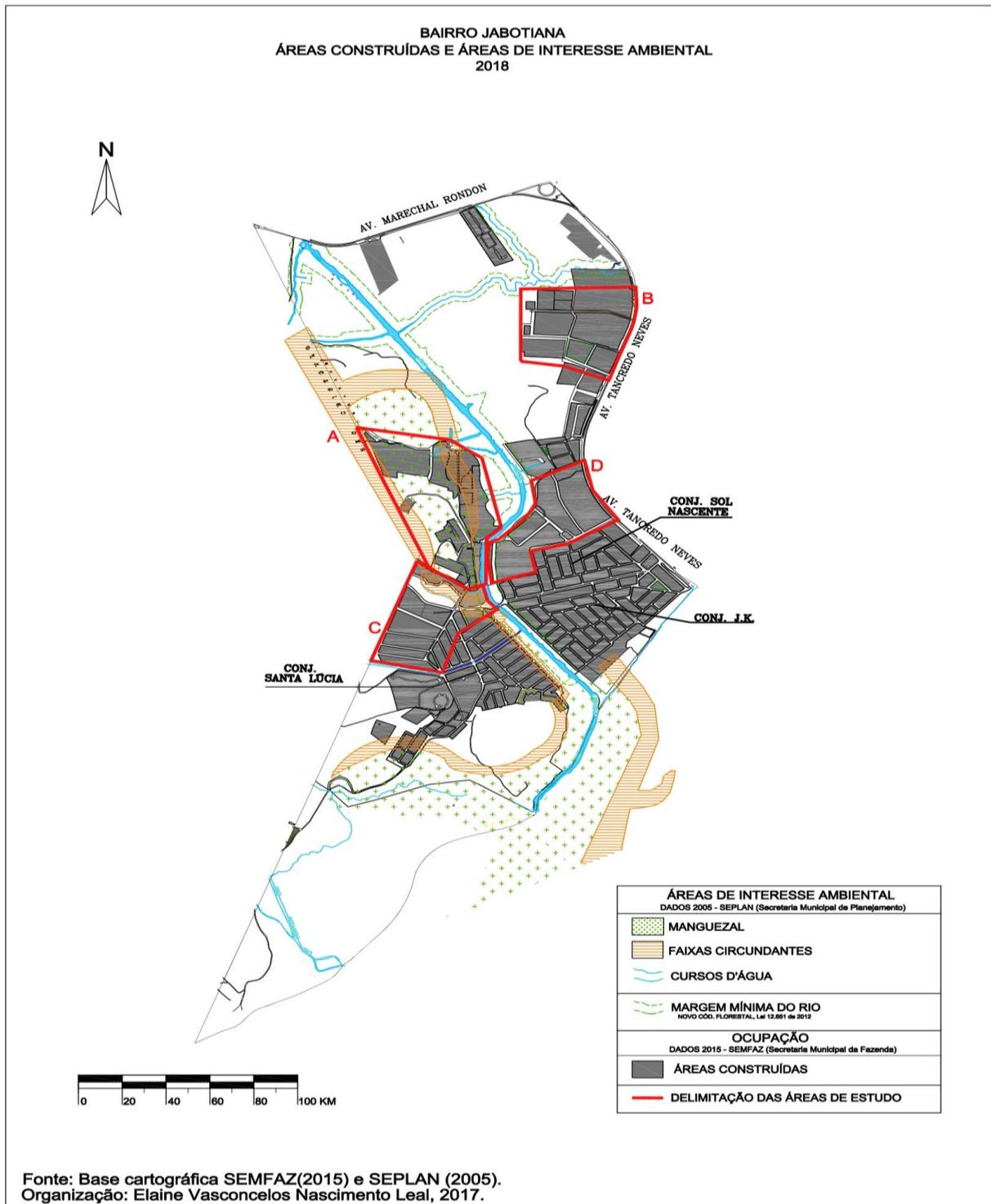
Organização: Autores, 2019.

Somado aos dados numéricos da tabela 1, registra-se a construção de moradias precárias em áreas ribeirinhas e, sobretudo, de condomínios residenciais em áreas onde se estabeleciam locais de proteção e preservação (Figura 4). Esses condomínios foram construídos com o aval do órgão



responsável no estado de Sergipe e no município de Aracaju, conforme os dados disponibilizados nos *sites* das construtoras.

Figura 4: Áreas de Interesse Ambiental sobrepostas nos espaços construídos no bairro Jabotiana.



Em consonância com Maia e colaboradores (2019), que estudaram os impactos ambientais nos manguezais do Ceará, a derrubada de árvores e degradação dos ecossistemas, como a



construção de casas precárias, teve início com a chegada dos colonizadores europeus e foi aumentando gradativamente ao passar dos anos, até atingir um patamar bastante preocupante e até irreversível, intensificando-se na contemporaneidade.

Nessa perspectiva, é imprescindível ressaltar a necessidade de planejamento urbano, consubstanciada pela atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Aracaju, conforme instruem as normativas do Estatuto da Cidade, tendo em vista o desenvolvimento de políticas urbanas voltadas para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

O PDDU, de acordo com França (2018), iniciou-se em 1995 e resultou, além do próprio plano, na elaboração do Código de Obras e de Parcelamento do Solo. Aprovado através da Lei Complementar n.º 42, de 04 de outubro de 2000, o PDDU de Aracaju encontra-se desatualizado, já que a revisão deve ser feita no máximo a cada 10 anos, e está incompatível com a realidade da cidade.

Apesar desse atraso na legislação aracajuana, em 2010, houve a proposta do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PDDUS), através do Projeto de Lei Complementar datado de 19 de novembro de 2010. O PDDUS de Aracaju almejava ser um instrumento modelo para o planejamento urbano sustentável da cidade, entretanto, houve a suspensão do processo e, até a presente data, não foi identificada a retomada desse Projeto de Lei.

Outro fato a ser destacado é a revisão do PDDU de Aracaju, no ano de 2015. De acordo com Prefeitura Municipal de Aracaju (2015), houve o envolvimento popular através de nove audiências públicas, com o objetivo de que a população atuasse de maneira direta na sua elaboração. Dessa maneira, estaria efetivando a Lei n.º 10.257/2001, a qual garante a participação popular nesse processo de elaboração; e seria de grande importância, pois demonstraria as reais necessidades da população.

Para Prefeitura Municipal de Aracaju (2015), efetivar a revisão do PDDU é melhorar a qualidade da gestão pública e formular diretrizes para proteger o meio ambiente, os mananciais, as áreas verdes e o patrimônio histórico. Contudo, tal revisão não foi levada adiante, recaindo-se sobre a desatualização do plano, anteriormente informada.

Aliado a essas circunstâncias, percebeu-se, nas entrevistas, por meio dos discursos dos moradores do bairro Jabotiana, principalmente nas ruas em que predominam os condomínios, o enfraquecimento das relações de vizinhança e de empoderamento da comunidade em prol de melhorias ambientais e sociais. Notou-se pouca relação dos moradores uns com os outros e com as áreas naturais em que o bairro está inserido, como se a natureza estivesse desconectada da vida cotidiana. Destarte, essa situação relaciona-se com o descarte incorreto de resíduos sólidos nas vias



do bairro e com as construções de condomínios em que a paisagem natural não foi valorizada, tendo como exemplo as fachadas dos prédios não voltadas ao rio e os muros que o escondem, fatos que não são observados em bairros e avenidas mais valorizados da capital, a exemplo da Atalaia e 13 de Julho.

No entanto, é oportuno fazer menção de que, na Jabotiana, existe um coletivo ambiental de moradores denominado “Jabotiana Viva”, criado em 2009, e que realiza ações em parceria com a Associação de Moradores dos conjuntos Sol Nascente e JK, como também com o Conselho de Moradores do Conjunto Santa Lúcia. São exemplos de ações realizadas pelo coletivo: o plantio de árvores, caminhadas ecológicas com estudantes do bairro, limpeza das áreas de manguezal, coleta seletiva, coleta de óleo, palestras de sensibilização nas escolas públicas, dentre outras.

Ao contrário da nova configuração urbana que tem se impulsionado desde 2001, esses conjuntos mais antigos, da formação do bairro, são compostos por residências unifamiliares, com maior variação no uso e ocupação do solo, maior número de praças, como também por uma cultura de relações comunitárias e de vizinhança mais evidente. No entanto, essa relação de vizinhança tem se enfraquecido, pois muitos moradores dos condomínios constituem uma população mais jovem que “já vem com essa cultura de morar em condomínio, se isolar” (Entrevistado A).

Apesar das medidas e conquistas de cunho sustentáveis alcançadas para o bairro, o movimento “Jabotiana Viva” se depara com algumas dificuldades, como o envolvimento de poucos sócios e moradores em defesa do meio ambiente. Nesse seguimento, merece destaque os seguintes relatos: “Há uma certa distância entre a relação dos moradores com as áreas naturais (...) Eles têm curiosidade, mas esperam que os outros, que são poucos, façam ao invés de se envolverem” (Entrevistado B). Acrescenta-se que: “O individualismo e a urbanização constante dificultam essa relação com o meio ambiente. As pessoas chegam a chamar o rio Poxim, de ‘maré’, como algo que não faz parte da vida deles” (Entrevistado B).

Outras dificuldades observadas são os argumentos de impossibilidades técnicas e financeiras por parte do poder público, e a suspeita que haja um poder contrário por trás: “O capital imobiliário tem uma força muito grande. O mercado imobiliário comprou boa parte de antigos sítios do bairro para construir condomínios que impermeabilizou bastante o solo, desmatou muita vegetação, dentre outras degradações ambientais” (Entrevistado C).

O bairro Jabotiana é um grande exemplo do crescimento urbano que se deu sob altos custos socioambientais, ao expor a população aos riscos naturais que ocorrem na sociedade, sob força das decisões do Estado, da permissividade política, do poder de grandes empresas, e do pouco conhecimento e envolvimento da sociedade. Dessa forma, salienta-se que o fortalecimento das comunidades, inclusive as urbanas, ocorre através das trocas de informações das identidades locais,



que levam à explanação dos problemas (Figura 5) em determinados espaços, bem como a contribuir com políticas locais de melhorias sociais, econômicas e ambientais, colaborando, assim, com a sustentabilidade.

Figura 5: Áreas verdes pouco valorizadas na Avenida Escritor Graciliano Ramos, na área de estudo C.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Diante disso, a sociedade deve se informar sobre os fatos pertinentes da crise ambiental em debates públicos para ser porta-voz, fiscalizar e se manifestar contrária às decisões impostas pelo Estado, que venham a ser prejudiciais ao seu local de vivência, por meio da construção de ações coletivas e participativas. Em consonância com Santos (2005, p. 44), “diversas iniciativas de fomento e apoio ao desenvolvimento local sustentável procuraram reunir as capacidades e compromissos dos atores políticos locais para o planejamento e a implementação de plano de ação elaborados segundo parâmetros de participação”. Dentre as iniciativas, merecem destaque: financiamento público das esferas federal, estadual e municipal à projetos municipais, cursos de formação de lideranças e técnicos, criação de fóruns locais, dentre outros.

É primordial ressaltar também que a sustentabilidade reflete o diálogo entre o ambiente urbano e o natural, pois torna possível a identidade e o monitoramento por parte dos moradores e transeuntes aos locais de vulnerabilidade ambiental, em que o bairro esteja inserido. Pode-se mencionar o exemplo dos rios urbanos que, muitas vezes, são escondidos da paisagem da cidade, através de construções que os fazem desaparecer da vista, perdendo-se essa referência e a oportunidade para averiguar ações de degradação. Essa maneira de ocupação também é muito



presente no bairro Jabotiana, em que o rio Poxim e as áreas verdes que o margeiam são frequentemente isolados e da vida cotidiana dos moradores.

Em contrapartida, se ao longo das margens desses rios urbanos se implantasse um parque linear, e se lhe incorporasse um usufruto de vivência de pessoas, a dimensão ambiental poderia ser valorizada (GEHL, 2015). A atual forma de urbanização, na qual predominam as construções verticalizadas e com poucas áreas verdes, somada aos demais comportamentos humanos diante das áreas naturais – poluição e ocupação em áreas de risco ambiental –, são reflexos da sociedade que trata o ser humano e a natureza de maneira dicotômica e segregada, como se um não dependesse do outro (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997).

3.2 A RELAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

No contexto de interação entre natureza e sociedade, merece destaque as percepções dos moradores sobre a interação com a natureza e as soluções apontadas pelos entrevistados para melhorar as relações com ela no bairro Jabotiana (Quadro 1). Dentre as quarenta entrevistas que foram realizadas, de acordo com os procedimentos e critérios já definidos na metodologia desse estudo, destacaram-se onze respostas, observando-se o ponto de saturação e repetição nas respostas coletadas.

Essas informações do quadro 1 são de extrema importância para o planejamento urbano e ambiental, tendo em vista que o gestor deve garantir não apenas o acesso aos serviços básicos, mas também a inserção das pessoas nas tomadas de decisão. São os habitantes que conhecem a realidade do cotidiano de seus locais de moradia e podem ampliar e melhorar o planejamento elaborado pelos técnicos, com vistas a formulação e implementação de políticas públicas mais efetivas.

A indiferença e a despreocupação com as AIA no bairro são evidentes em muitos dos depoimentos apresentados. A maioria respondeu não interagir, e muitos o fizeram em tom depreciativo, demonstrando não ver importância no assunto ou desconhecimento dele. Ficou perceptível o não entendimento sobre as questões e a importância do meio ambiente e, principalmente, a inserção do ser humano como fazendo parte da natureza. Ao contrário, a todo instante, em suas falas, reforçavam a dicotomia ser humano/natureza. Também se percebe, em algumas respostas, a espera de que apenas o outro, em especial o poder público, tome providências de recuperação e cuidado ambiental.



Quadro 1: Percepções dos moradores sobre interação e soluções para melhorar as relações com a natureza no bairro Jabotiana em Aracaju.

Entrevistado	PERGUNTA: Como você vê e interage com as áreas naturais do bairro (rio Poxim e vegetação)?	PERGUNTA: O que poderia ser feito para melhorar a relação sociedade/natureza no bairro no que diz respeito à supervisão contra poluição e desmatamento
	Resposta	Resposta
E1	Não interajo e vejo como esconderijo para bandidos que fazem muitos assaltos.	Poderia ter mais policiamento nessa área e um caminho que levasse até o rio com deck e píer para pesca que já ocorre nessa localidade.
E2	Não chego nem a ver, não interajo.	Poderia ter algum ponto turístico nessas áreas naturais para melhorar essa relação.
E7	É importante, mas não interagimos muito. O mangue está sendo destruído e o rio muito poluído. Poderia ter alguma campanha para não poluir nem acabar com o mangue.	(...) Construção de parques e tornar as áreas naturais comuns ao cotidiano das pessoas, e que elas usem e tenham acesso a essas áreas naturais.
E11	Não interajo.	Poderia ser priorizada a urbanização das praças com o paisagismo feito com a vegetação própria da região.
E14	Não interajo, pois nem vejo direito.	Poderiam construir parques ou praças nessas áreas para poder melhorar essa interação.
E15	Não interajo, mal consigo ver porque fica muito escuro nesses locais.	Acho que se fossem construídas praças nessas áreas, com banquinhos e lanchonetes melhoraria essa relação.
E18	Nenhuma interação nem cuidado.	Se fizessem algum parque talvez ajudasse.
E20	Não interajo muito, mas vejo com muito apresso.	Acredito que poderia ser criado mais áreas de lazer em meio a natureza, parques e locais para caminhada em meio a natureza.
E21	Não interajo e as vejo, lamentavelmente, como local de despejo de esgoto. Essas áreas estão muito poluídas e tratadas com descaso.	(...) Se uma passarela, um parque ou calçadão fossem construídos, poderia melhorar essa supervisão e interação dos moradores com a natureza local.
E28	Não interajo porque não faz parte da minha rotina e não tem atrativo.	Para melhorar essa relação deveriam construir parques ou praças com usos e atrativos para a comunidade apreciar.
E29	A gente não consegue interagir porque não existe nenhum calçadão ou parque que integre essa natureza ao espaço artificial. As vegetações estão abandonadas e poluídas, além de perigosas sem iluminação.	A gente não consegue interagir porque não existe nenhum calçadão ou parque que integre essa natureza ao espaço artificial (...). Poderiam fazer parques e praças para melhorar.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Confirma-se a necessidade de harmonizar o progresso técnico ao meio ambiente através de adaptação humana a uma ética de responsabilidade que abranja a participação da sociedade em decisões políticas e estratégias de cuidado e precaução (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997), diante da produção do espaço capitalista (HARVEY, 2005). Assim, destaca-se que, conforme Ghon (2019), a participação se entrelaça com a cidadania, ao passo em que envolve lutas pela divisão de



responsabilidades num determinado governo, que vão desde o acesso dos cidadãos a mecanismos de informação à criação de meios democráticos que viabilizem essa participação.

Apropriadamente à presente discussão, menciona-se também que as praças, parques e espaços em áreas de conservação ambiental influenciam na dinâmica das cidades e convidam as pessoas a permanecer e conversar com a presença de mobiliários (bancos, mesas, dentre outros) confortáveis, atividades de comércio, de lazer e culturais, bem como conforto térmico.

A necessidade de conforto térmico, áreas verdes com equipamentos públicos e de espaços de transição entre a área urbana e a vegetação remanescente são reconhecidos pelos entrevistados que pontuaram com a nota máxima mais frequentemente a opção “Praças ou parques” quando questionados sobre “quais elementos são mais convidativos para o caminhar/usar as ruas do bairro”.

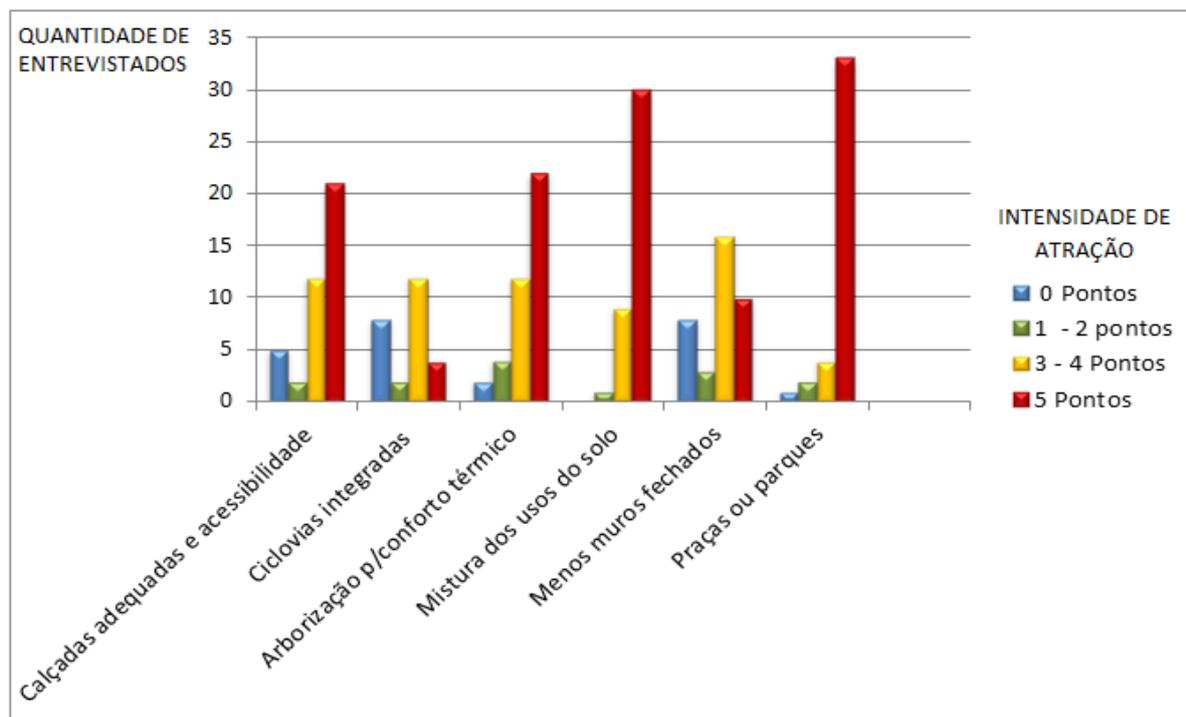
A figura 6 é resultado de uma das questões da entrevista, na qual os participantes poderiam optar, dentre as cinco possibilidades de intensidade, que variou de 0 a 5, em que zero representava nenhuma atratividade e cinco a maior atratividade para uso dos espaços públicos.

Nessa perspectiva, cabe discutir sobre as áreas verdes e sua relação com o espaço e a sociedade no bairro Jabotiana. Percebeu-se através das observações *in loco* que praças, árvores e marquises, combinadas aos serviços prestados onde estão localizadas, proporcionam proteção contra intempéries e oportunidades para conversas e descanso. Porém, a interação de pessoas às margens da vegetação remanescente é escassa, considerando que as áreas naturais ainda são expostas nas ruas, não possuem calçadas ou outros espaços de transição adequados e atrativos, além da ausência de iluminação.

Dos quarenta entrevistados, somente três (7,5%) afirmaram possuir interação com as áreas naturais do bairro. Dentre as justificativas para interação, duas pessoas mencionaram caminhada e uma a contemplação pela janela do apartamento. Como demonstrado na figura 6, a necessidade de conforto térmico, áreas verdes com equipamentos públicos e de espaços de transição entre a área urbana e a vegetação remanescente foram reconhecidos pelos entrevistados que pontuaram com a nota máxima mais frequentemente a opção “Praças ou parques”, quando questionados sobre “quais elementos são mais convidativos para o caminhar/usar as ruas do bairro”.



Figura 6: Elementos urbanos que proporcionam atração das pessoas aos espaços públicos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Quanto a importância das interlocuções diárias de vizinhança e as informações dos moradores das problemáticas locais para o empoderamento ambiental, a integração e supervisão das áreas verdes do bairro tornam-se essenciais no processo de conservação da natureza. Dessa forma, é necessário procurar o inter-relacionamento dinâmico e constante entre áreas verdes e a cidade, como estratégia à sustentabilidade urbana e combate à desertificação socioambiental.

Enquanto proposição conceitual, a desertificação socioambiental, de acordo com Leal, Costa e Almeida (2020, p. 78155) “refere-se ao abandono dos usos tradicionais das ruas de bairro e de espaços naturais, a exemplo de corpos hídricos e das áreas verdes, pelos moradores e transeuntes”.

De acordo com Carbone e colaboradores (2015), é justamente esse entrave na relação entre planejamento e gestão ambiental que faz com que os órgãos gestores ainda não sejam capazes de observar as demandas territoriais e suas conexões com eficácia. Ainda segundo as autoras, é preciso equilibrar questões como criação de novas áreas verdes com a proteção daquelas já existentes, não priorizando a primeira em relação à segunda. Destarte, o planejamento e gestão ambiental possibilitam a aproximação entre poder público e comunidades, permitindo a participação e conservação ambiental.

Ressalva-se que, em contato mais próximo com as áreas naturais que passem a fazer parte do cotidiano dos moradores, estes podem se tornar supervisores do ambiente, transformando-o num



lugar de identidade, com sentimento de pertencimento ao meio. Dessa forma, os parques e espaços de convivência em torno de áreas de interesse ambiental podem ser grandes aliados no cuidado da vizinhança com o meio ambiente do bairro.

4. CONCLUSÕES

Com a coleta de dados, através de entrevistas e confecção de mapas urbanos, constatou-se que os entrevistados demonstram indiferença, desinformação e despreocupação com as áreas de interesse ambiental do bairro, não compreendendo que o ser humano faz parte da natureza e que detém o dever de conservá-la. A maioria (87% dos entrevistados) não interage com as áreas naturais devido à falta de visibilidade, à poluição, ou meramente por desinteresse. Percebe-se que alguns prédios foram construídos, sem levar em consideração a beleza cênica proporcionada pelo rio e vegetação ribeirinha, pois há muros fechados que ocultam esses recursos naturais.

Entende-se que a conservação do meio ambiente e a ocupação urbana em áreas de preservação permanente englobam fatores socioambientais, contemplando desde o poder financeiro e decisório das empreiteiras nas cidades, falhas e permissividade da administração pública até interesses políticos. Além desses fatores, é interessante ressaltar que a falta de acesso à educação ambiental crítica e à informação dos fatos, bem como a não integração entre as pessoas e não interação delas com o meio natural em que vivem, fortalecem a ocupação desordenada e os processos de degradação ambiental.

A falta de união e comprometimento das comunidades junto à cultura de isolamento e distanciamento entre as pessoas fazem com que o intercâmbio dos saberes locais e o empoderamento contra as forças dominantes não sejam realidade para o desenvolvimento sustentável. Os dados primários, coletados através dos procedimentos metodológicos adotados, revelam características graves, a exemplo das ocupações urbanas inapropriadas, desobediência às diretrizes legislativas locais, além dos processos de degradação ambiental e desinteresse/desconhecimento por parte dos moradores.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio, para realização do presente artigo, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, como também dos grupos de pesquisa GESEA/CNPq/UFS e GEOPLAN/CNPq/UFS.



REFERÊNCIAS

ARACAJU (Município). **Lei Complementar n.º 042, de 04 de outubro de 2000**. Institui o plano diretor de desenvolvimento urbano de Aracaju, cria o sistema de planejamento e gestão urbana e dá outras providências. Aracaju: DOE, 2000.

ARACAJU (Município). Projeto de Lei Complementar, de 19 de novembro de 2010. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PDDUS) do Município de Aracaju**. Aracaju, SE, 19 nov. 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3423047-Plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-sustentavel-pddus-do-municipio-de-aracaju.html>. Acesso em: 07 jan. 2020.

ARACAJU (Município). Prefeitura Municipal de Aracaju. Prefeitura Municipal de Aracaju. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju – Diagnóstico Municipal 2015**. Disponível em: <http://aracaju.se.gov.br/userfiles/plano-diretor-vpreliminar-jul2015/CAPITULO-VI-INFRAESTRUTURA.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

AUTODESK, Inc. **AutoCAD 2D®** - Software CAD bidimensional- Computer aided design ou Desenho auxiliado por computador. California/EUA: Autodesk, 2010.

BRASIL. Congresso. Senado. Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. **Lei no 10.257**. Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 21 mar. 2020.

CARBONE, Amanda Silveira; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani; TOMERIUS, Stephan; PHILIPPI-JÚNIOR, Arlindo. Gestão de áreas verdes no município de São Paulo: ganhos e limites. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVIII, n. 4, p. 201-220, out./dez. 2015.

FRANÇA, Sarah. **O longo e interminável processo da revisão do PDDU: 12 anos à espera de uma nova lei**. 2018. Disponível em: <http://www.cause.gov.br/?p=14280>. Acesso em: 08 mar. 2020.

GEHL, Jan. **Cidade para Pessoas**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81, jan./abr. 2019.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. **Pesquisa nacional por população e densidade demográfica**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 out. 2017.

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphaël. **Do bom uso da natureza: para uma filosofia do meio ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LEAL, Elaine Vasconcelos Nascimento; COSTA, Jailton de Jesus; ALMEIDA, Genisson Lima. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 78154-78166, oct. 2020.

MAIA, Rafaela Camargo; SILVA E SOUSA, Kamila Nara; BENEVIDES, Jorgeana de Almeida Jorge; AMORIM, Veruska Guilherme; SOUSA, Regina Maria de. Impactos ambientais em manguezais no Ceará: causas e consequências. **Conexões: ciência e tecnologia**, Fortaleza, v. 13, n. 5, p. 69-77, 2019.



ROCHA, Ailton. **O rio Poxim e as inundações no bairro Jabotiana.** In: CONFERÊNCIA DO SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HÍDRICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS (SEMARH) AO CONSELHO DE MORADORES DO SANTA LÚCIA, 2018. **Anais...** Aracaju, 2018.

SANTOS, Ailton Dias. **Metodologias Participativas:** caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Alizete dos. **Riscos geomorfológicos e hidrológicos em Aracaju.** 2012. 140f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2012.

SANTOS, Nathaly Cardoso. A Produção do espaço urbano de Aracaju: uma análise das transformações socioespaciais no bairro Jabotiana. In: XIV SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 2015. **Anais...** Fortaleza, 2015. p. 1-19.

SEPLOG. **Base de Dados do Município de Aracaju.** Aracaju/SE: SEPLOG, 2017.

SEPLOG. **Identificação de Áreas de Interesse Ambiental.** Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005.